



FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES – FAPS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS
ATA Nº 09/2025

Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Presidência – 6.º andar da sede administrativa do IPAM, realizou-se reunião ordinária do Comitê de Investimentos. Registrou-se a presença do Presidente do IPAM, Sr. Gustavo da Silva Machado, do Diretor Financeiro, Sr. Vinícius de Vargas Bacichetto, da Tesoureira do FAPS, Sra. Luciane Maraschin e dos representantes do Conselho Deliberativo, Sr. Auro Luis da Silva e Sra. Livia Cristina Brum Ries. Como pauta da reunião foram abordados os seguintes temas: a) coleta de assinatura nas atas das reuniões anteriores; b) coleta de assinatura na Resolução do Conselho Deliberativo n.º 001/2025, que trata da alteração da Política de Investimentos 2025; c) análise da carteira do FAPS, referente ao mês de julho/25; d) debate sobre orientações das alterações da carteira - sugestão da Assessoria Financeira – para compra de novo lote de títulos públicos referente aos créditos de cupons realizado no dia 15/08/25; e) assuntos gerais. Vinícius iniciou a reunião cumprindo os tópicos de pauta “a” e “b”, coletando, assim, as assinaturas nas atas de reuniões anteriores, bem como as assinaturas na Resolução do Conselho Deliberativo n.º 001 de 2025, que trata sobre a alteração da Política de Investimentos 2025. Como terceiro ponto de pauta, Vinícius apresentou algumas informações sobre o mês de julho e, junto, expôs alguns dados relevantes (prévia de agosto/25) que poderiam auxiliar na tomada de decisão para os investimentos em títulos públicos. Vinícius informou que em julho, já consolidado, o FAPS encerrou o mês totalizando R\$ 725.770.133,28. Ainda no final do mês de julho, a carteira do FAPS apresentou desempenho de 0,50%, ante a meta atuarial de 0,67%. Uma das justificativas de ter performado abaixo da meta, foi a rentabilidade dos fundos de renda variável e, também, a baixa rentabilidade de fundos atrelados ao índice IMA-B. Muito deste comportamento é vinculada à falta de estabilidade econômica mundial, principalmente em relação aos Estados Unidos e Brasil. Porém, no acumulado do ano, a carteira ainda performa acima da meta atuarial, sendo 6,86% contra a meta de 6,26%. No que diz respeito ao acumulado de rendimentos no primeiro semestre de 2025, a carteira soma um montante de R\$ 42.446.277,76 e, em julho 2025, rentabilidade de R\$ 3.610.993,72. Com o sistema fornecido pela Assessoria Financeira, é possível verificar, de forma preliminar, o desempenho da carteira, bem como, a meta atuarial e o acompanhamento de alguns índices. Neste sentido, Vinícius informou que, até a data de 20 de agosto de 2025, o acumulado do ano seria de 7,36% para o desempenho da carteira do FAPS e 6,47% para a meta atuarial. Em relação aos índices, apontou: 8,60% para CDI, 12,07% para IRF-M, 8,17% para IMA-B e 9,21% para IMA Geral. Se analisar, especificamente o mês de agosto, têm-se as seguintes informações: 0,47% de desempenho da carteira do FAPS, 0,19% de meta atuarial, 0,77% de CDI, 0,88% de IRF-M, 0,21% IMA-B e 0,64% de IMA-Geral. Neste sentido percebe-se uma carteira de investimentos



bastante conservadora, mas que ainda possui alguns fundos que apresentam um risco maior. Motivo pelo qual, os membros do comitê estudaram a possibilidade de se analisar uma possível mudança de alocação. Por fim, Vinícius comentou que atualmente o FAPS está com alocação de R\$ 120.238.656,38 no fundo Caixa Referenciado DI e que há necessidade de avaliar o percentual investido pelo FAPS em relação ao patrimônio líquido do fundo, para que não ultrapasse o percentual limite de 20%. Sendo que, neste momento, o FAPS possui 16,57% de investimento em relação ao PL do fundo. Como sugestão de alocação, a Assessoria Financeira sugeriu o Fundo Caixa Brasil Matriz Renda Fixa (CNPJ: 23.215.008/0001-70). Este fundo é uma opção de alocação para o caso de investimento maior em CDI na CEF. Ele é um fundo com estratégias similares ao Caixa Brasil Referenciado, possui D+0 para liquidez e apresenta uma rentabilidade superior em alguns meses. Também salientou que é um fundo que vem apresentando um histórico crescente de seu patrimônio líquido. Desta forma, Vinícius sugeriu de aprovar a possibilidade de investir neste fundo, como forma de contingência, caso em algum momento seja necessário aplicar recursos financeiros, tendo em vista o limite máximo de aplicação no outro fundo. Desta forma, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade investimentos no fundo Caixa Brasil Matriz (CNPJ: 23.215.008/0001-70). Como penúltimo ponto de pauta, temos a análise da sugestão de alteração da Carteira do FAPS e investimento dos cupons recebidos no dia 15 de agosto de 2025. Vinícius informou que no dia 15 de agosto, o FAPS recebeu em conta-corrente o montante de R\$ 7.084.266,89 referente ao pagamento de cupons de Títulos Públicos. Por orientação da Assessoria Financeira, foi indicado o reinvestimento do valor em NTN-B 2050, aproveitando a janela atual de IPCA + 7% ao ano. Além disso, Vinícius informou que solicitou uma nova análise da carteira do FAPS, tendo em vista a alteração da PI 2025 que flexibilizou o investimento de longo prazo para 70% dos recursos do FAPS, sendo assim, 30% fica para investimento de curto prazo com liquidez de até 90 dias. Diante da mudança, foi feita a leitura da indicação da Assessoria que recomendou investimentos de até R\$ 107 milhões em títulos públicos, o que elevaria para o patamar de investimentos em Títulos Públicos superior a 66% do recurso total alocado do FAPS, se considerado o lote de LTN. Para realização deste movimento a indicação é redução de 18 milhões em renda variável e o restante do recurso seria resgatado dos fundos: Banrisul Foco IMA Geral, Banrisul Foco IRF-M1, BB FIC Previdenciário Títulos Públicos IRF-M 1 e Caixa Brasil TP IRF-M 1. Dos fundos de renda variável, a indicação era de realizar a movimentação dos seguintes fundos: BB FIA ESG Global Nível I, BB FIA Governança e BB FIA Dividendos Midcaps. Além disso, foi informado aos membros que o investimento de R\$ 107 milhões de reais em títulos públicos, poderia ter uma taxa de retorno de aproximadamente 650% até 2050. Destaca-se, ainda, que tal investimento estaria de acordo com o estudo de ALM, ou seja, dentro dos parâmetros de receitas e despesas de longo prazo. Diante da sugestão, Vinícius expôs sua opinião. A opinião apresentada por Vinícius foi que, neste momento, seria favorável ao investimento de R\$ 50 milhões de reais. Os motivos de aplicar 50% do recomendado é que, conforme já apresentado antes, o índice de fundos IRF-M tem performado bem, tem pago taxas iguais e, as vezes, superiores ao CDI. Além disso, o Fundo Banrisul IRF-M 1 é um fundo onde se tem alocado os valores de vínculo de Taxa Administrativa, logo, ele serve para pagamentos de contas e manutenção da máquina previdenciária. Outro ponto



destacado pelo Diretor Financeiro é que, antes de resgatar IRF-M 1, realizaria um movimento maior em fundos de renda variável, já que desde o início das sugestões apresentadas pela Assessoria Financeira, o objetivo de realizar a movimentação era garantir rentabilidade superior a meta atuarial e reduzir volatilidade e risco. Desta forma, na visão dele, os fundos que oferecem maior volatilidade e risco são os de renda variável. Também Vinícius informou que os membros deveriam ter cuidado em não autorizar resgate de fundos com rentabilidade negativa. Sendo assim, pela análise do arquivo “Origens do Resgate” o investimento do Fundo BB Dividendos Midcaps não poderia ser realizado na sua integralidade, uma vez que o investimento neste fundo da conta BB 19377-1 tem rentabilidade negativa de 95 mil reais. Já o investimento, no mesmo fundo, na conta BB 18448-9, possui rentabilidade positiva. Desta forma, tem-se dois impeditivos de movimentação em relação ao que a Assessoria Financeira sugeriu. Luciane comentou que muitas pessoas acham que o montante total do RPPS é um “bolo” só. No entanto, se faz necessário destacar a segregação dos recursos, pois uma parte está alocada em rubrica de Taxa Administrativa, outra parte em Capitalização e outra parte em Repartição. Além disso, Luciane destacou que os membros do Comitê tem agido com prudência e tem realizado as movimentações de forma gradual, o que tem favorecido os investimentos de títulos públicos, uma vez que as taxas contratadas apresentam números crescentes, ou seja, sempre se consegue comprar lotes de títulos públicos com taxas melhores do que a última compra. Vinícius continuou dizendo que não faz muito sentido retirar recursos de fundos com alta liquidez e que estão atrelados aos títulos públicos por meio de fundos de investimentos, sendo que o maior risco e volatilidade estariam nos fundos de renda variável. Os membros do comitê expuseram suas opiniões sobre o mercado econômico e, após as falas, Gustavo sugeriu o investimento de R\$ 57 milhões de reais contemplando os R\$ 7 milhões de reais oriundos dos cupons e 50% da indicação da Assessoria Financeira. Auro questionou se foi perguntando para a Assessoria Financeira um estudo indicando a movimentação sugerida para apenas 50% do montante para investimento. Vinícius informou que não. Porém, diante das reiteradas sugestões, provavelmente a Assessoria Financeira indicaria as mesmas movimentações, mas em valores menores. Lívia comentou que é favorável à manutenção de investimentos em renda variável que performam bem, uma vez que para carteira do FAPS é importante se ter diversificação e manter uma janela de oportunidade para possível melhora do cenário macroeconômico. Diante das exposições, foi aprovado por unanimidade o investimento de R\$ 57 milhões de reais. Após a aprovação do montante a ser aplicado, Vinícius comentou sobre as taxas indicativas, constantes no site da ANBIMA dos títulos públicos de NTN-B. Após apresentação das taxas, Vinícius apresentou os percentuais de alocação existentes em lotes de títulos públicos na Carteria do FAPS, sendo relacionados por ano de vencimento. Diante do estudo, Lívia entende que deveria investir percentuais iguais, em relação ao PL do FAPS, nos vencimento de títulos 2045 e 2050. Luciane disse que iria sugerir o investimento total dos 57 milhões em 2050. Após debate, os membros do comitê aprovaram o investimento de aproximadamente R\$ 29.263.000,00 em NTN-B 2045 e R\$ 27.736.000,00 em NTN-B 2050. Sendo que as taxas indicativas do dia 20/08/2025 eram, respectivamente, 7,3765% e 7,3056%. O valor aproximado, também aprovado por unanimidade, a ser resgatado são dos fundos: BB Ações Governanças (R\$ 10.000.000,00), BB ações



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL – IPAM
FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES – FAPS
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Globais ESG (Resgate Total), BB Previ. RF IMA-B 5+ (Resgate Total), Banrisul Foco IMA Geral (Resgate Total), Caixa Brasil Referenciado (R\$ 14.000.000,00) e Caixa Brasil IMA-B 5 (Resgate Total). Como a maioria dos fundos não tem crédito em D+0, se acordou que o valor seria resgatado do Fundo Caixa Brasil Referenciado DI e, conforme o crédito dos resgates iriam ocorrendo, os valores seriam devolvidos ao Fundo Caixa Brasil Referenciado. Em Assuntos Gerais, Gustavo comentou que foi na palestra do TCE-RS, ocorrido no UCS Teatro, em Caxias do Sul, e que o prefeito municipal havia se manifestado, de forma positiva, quanto à segregação de massas, destacando a saúde financeira do FAPS. Também em assuntos gerais, Vinícius informou que a compra de lote de Títulos Públicos, aprovada em julho, foi realizada. Sendo que foram comprados 4.726 papéis, com total financeiro de R\$ 19.159.269,46 e taxa de IPCA + 7,1910%. Encerrada a reunião, nada mais havendo a relatar eu, Vinícius de Vargas Bacichetto, encerro a presente ata que será assinada por mim e pelos demais membros do Comitê de Investimentos. Esta Ata também serve como atestado de participação na reunião para fins de ausência laboral.